



Vol. 3 nº 5 jan./jun. 2008
p. 17-26

A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NO PARANÁ (1979-1982): ALGUNS APONTAMENTOS

Celso Hotz¹
Unioeste / Cascavel

RESUMO: Neste trabalho apresentamos alguns apontamentos sobre a “questão social”, no Brasil, e no Estado do Paraná, no período de 1979 a 1982. A “questão social”, propugnada nos discursos e propostas de governo do período, propalava o enfrentamento à profunda crise social, através da continuidade dos encaminhamentos políticos e econômicos, os quais propalavam o crescimento econômico acelerado como condição necessária à “redistribuição de renda” à população, sobretudo, através da implementação das políticas sociais. Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos fontes primárias como planos, estratégias e programas dos governos nos níveis federal e estadual, principalmente o “III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)” e as “Diretrizes Globais (1979-1982)”, além de outras fontes que abordam esta temática.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Sociais; Questão social; Problemas sociais.

THE “SOCIAL QUESTION” IN BRAZIL AND IN THE PARANÁ (1979-1982): SOME NOTES

ABSTRACT: In this work, we present some notes on the “social question”, in Brazil, and in the State of the Paraná, in the period from 1979 to 1982. The “social question”, defended in the speeches and proposed of government of the period, was divulging the to face to the deep social crisis, through the continuity of the political and economical directions, which were divulging the economical growth pushed like necessary condition to the “ redistribution of income “ to the population, especially, through the implementation of the social politics. For the development of this study, we use primary fountains like plans, strategies and programs of the governments in the federal and state levels, principally the “PND III – National Plan of Development (1980-1985)” and the “Global Directives (1979-1982)”, besides other fonts that treat this theme.

KEYWORDS: Social politics; Social question; Social problems.

Introdução

Neste artigo, resultado de reflexões produzidas a partir da monografia defendida no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, oferecida pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná², procuramos fazer alguns apontamentos sobre a “questão social”³, no Brasil, e no Estado do Paraná, no período de 1979 a 1982, caracterizado como transitório para a “Nova República”.

Partimos da compreensão de que, no período analisado, houve a retomada da “questão social” nos discursos e propostas de governo, a partir da profunda crise social vivenciada, com o aumento significativo de pessoas em condições precárias de sobrevivência, na esteira das conseqüências sociais do chamado “Milagre Econômico”⁴, e que, apesar do propalado nos discursos e propostas de governo, houve a continuidade dos encaminhamentos políticos e econômicos, tendo como horizonte o crescimento econômico acelerado, como condição necessária, nas prescritivas dos governos estudados, para a “redistribuição de renda”, inclusive através das políticas sociais.

Para este trabalho, utilizamos fontes primárias representadas pelos planos, estratégias e programas do governo federal e estadual do período, sobretudo o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) e as Diretrizes Globais (1979-1982), assim como fontes secundárias caracterizadas por produções acerca do tema.

A “Questão Social” no Brasil e no Paraná:

Como um período de grave crise social, o início da década de 1980 evidenciou, no Brasil, a transição processual entre a forma ditatorial e democrática de governo, através da derrocada do regime militar instaurado em 1964, sendo esta crise social entendida, muitas vezes, como uma refração “indesejável” do “Milagre Econômico”, escamoteando, assim, sua articulação direta com o movimento mundial do capitalismo.

Neste contexto histórico, os processos políticos e sociais encaminharam, em 1985, para a instituição da “Nova República” no Brasil, como a forma possível das rearticulações de poder no país, a partir das pressões e movimentos sociais em efervescência, e, sobretudo, em compasso com as mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo.

Desta forma, as políticas sociais são aqui compreendidas na articulação com os determinantes políticos e econômicos internos e externos, sem perder de vista a sua gênese, alicerçada nos conflitos entre as duas principais classes sociais existentes na ordem do capital, ou seja, entre os capitalistas e os trabalhadores, e que evidenciam, na sua constituição, o campo das contradições entre capital e trabalho.

As políticas sociais, como advindas dos embates e conflitos presentes nas relações sociais da sociedade capitalista, têm o seu surgimento no contexto da industrialização, que no caso brasileiro, concentrou a massa populacional nas cidades a partir de 1920, e que, através da exploração acentuada do trabalho assalariado e das reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida, engendrou a necessidade das políticas sociais, “[...] cujas raízes se localizam no mundo da produção”

(VIEIRA, 1992, p. 22). Assim, as políticas sociais são também “[...] *respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela ‘questão social’*” (NETTO, 1996, p. 15).

De acordo com Faleiros, as políticas sociais são também reprodutoras da força de trabalho e do capitalismo, inclusive da mão-de-obra não empregada, ao proporcionar o consumo também dos desempregados, pois

As políticas sociais permitem também uma certa regularidade no mercado de trabalho, pelos mecanismos de colocação e de formação de mão-de-obra e pelos mecanismos de auxílio ou de seguro aos desempregados. São estes os instrumentos de controle da força de trabalho e dos salários, cujas modificações seguem as crises econômicas e sociais (1980, p. 42).

Apesar das políticas sociais representarem determinadas conquistas para a classe trabalhadora, ao fornecer alguns meios de sobrevivência, tidos como “mínimos”, com momentos de avanços e/ou retrocessos, dependendo das forças sociais em jogo em dado momento histórico,

[...] uma sociedade capitalista, e seu Estado político de afirmação permanente, jamais poderia universalizar as políticas sociais, se as entendermos como expressão de contradições inerentes à ordem social estabelecida. Nessa ótica, a universalização das políticas sociais seria o caminho da própria dissolução do Estado capitalista e das determinações materiais que o sustentam, ancoradas na acumulação e reprodução capitalista (DEITOS e XAVIER, 2006, p. 69).

O Estado, numa sociedade capitalista, desempenha importante papel na reprodução do modo de produção capitalista, agenciando suas políticas econômicas e sociais no rumo da acumulação do capital, inclusive com a implementação de políticas sociais que amenizam as refrações sociais da exploração e acumulação, como o desemprego, a concentração de renda, e outras, todas inerentes ao modo capitalista de produção. Mas as políticas sociais não resolvem as mazelas sociais, pois sua solução levaria à destruição do próprio Estado capitalista, que ao subsidiar a exploração do trabalho e a acumulação do capital, produz as condições favoráveis à sua própria sobrevivência.

Assim, o Estado burguês justifica a necessidade do desenvolvimento do capital e, ao promover o avanço das forças produtivas, promove, também, o ciclo do consumo necessário à manutenção da sociedade capitalista, individualizando o acesso aos bens produzidos pela sociedade. Neste aspecto, as políticas sociais são tidas como estratégicas.

Na reprodução do projeto societário capitalista, o Estado “[...] *vem esvaziar as lutas de classe e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas depois de muita pressão por parte destas últimas, o que mostra seu compromisso com as classes dominantes*” (FALEIROS, 1980, p. 23).

Particularmente, no embate entre as forças políticas e sociais, que constituíram o contexto de transição para a “Nova República”, esteve muito presente o discurso da “justiça social”, evidenciada, não só na retórica dos governantes do período, mas também propagada nos planos e diretrizes de governo, tanto no nível federal como estadual, o que não alterou em nenhum momento, a estrutura econômica e social, sob a qual se fundamenta a reprodução capitalista.

A ênfase dada à pobreza no início da década de 1980 articulava-se com vários fatores, sendo alguns de ordem “interna” e outros de ordem “externa” ao país, dos quais podemos citar: o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, implementado no país desde 1930; as conseqüências sociais do fim do “Milagre Econômico”; a derrocada do regime ditatorial, instaurado no país pelo golpe civil-militar de 1964; a “Crise da Dívida”, vivenciada nos países periféricos devedores dos países centrais do capitalismo, devido à alta dos juros instituída por estes últimos; a rearticulação do poder entre os sujeitos políticos, na disputa pelo poder estatal. É a partir desses determinantes, e nesse contexto histórico que foi elaborado o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), que trazia, como um dos seus grandes objetivos, a redução dos níveis de pobreza absoluta no país.

Com a aposta de que “[...] a manutenção de crescimento acelerado é condição necessária e indispensável à elevação dos níveis de bem-estar” (BRASIL, 1980, p. 12), o III PND apontava a expansão dos empregos gerados pelo crescimento econômico, como elemento necessário de combate à pobreza. Era ainda, uma das bases deste plano, a “[...] necessidade imperiosa de concentrar esforços governamentais na promoção da distribuição mais justa dos frutos do desenvolvimento econômico” (Idem, p. 6).

Nessa perspectiva, como afirma Faleiros (1980, p. 12), ao tratar das políticas sociais no capitalismo, o III PND apostava na “[...] teoria do crescimento constante, isto é, a ideologia que defende a pequena burguesia e a burguesia reformista, as quais consideram que se pode aumentar o nível de vida da classe operária sem nenhuma diminuição de seu próprio nível.”

Apesar de acenar para a “[...] aplicação de um significativo volume de recursos públicos nos setores sociais” (BRASIL, 1980, p. 12), o III PND trouxe resultados poucos efetivos, no que diz respeito ao combate à pobreza.

Ao tratar deste período histórico, Soares (2001, p. 158) afirma que “[...] a multiplicidade de formas que a pobreza assume no Brasil, não encontra precedentes na região”, necessitando-se, ainda, como assinala Vieira (2001, p. 22) “[...] criar gradação de pobres. Os extremos de riqueza e de pobreza se distanciaram de tal maneira que surgiram o pobre, o subpobre, o quase pobre, o em vias de ser pobre, o mais ou menos pobre, os que têm traços de pobre, em múltiplos níveis de escala.”

Como risco eminente ao próprio processo de acúmulo do capital, principalmente pelas elites internas e externas, o crescimento do número de indigentes no país também colocava as políticas sociais, nesse período, como “[...] peças importantes no jogo político e eleitoral, que deveria ser restabelecido” (FAGNANI, 2005, p. 04).

A elaboração e a implementação dos programas, projetos e planos dos estados federativos, sob pena de não obterem o apoio financeiro necessário da União,

deveriam estar atrelados ao planejamento e às diretrizes que sustentavam o III PND. As “Diretrizes Globais”, elaboradas pelo governo do Paraná na gestão 1979-1982, prescreviam este alinhamento ao III PND, apresentando-se, segundo seus elaboradores, como um plano de visão mais social, do que econômica⁵.

Alinhadas ao III PND, as diretrizes do Paraná enfatizavam, a exemplo do plano federal, o resgate da “justiça social” como importante objetivo a ser perseguido em todas as esferas de governo. Assim, frases referentes à “justiça social” aparecem no plano de governo do Paraná (1979-1982), como por exemplo: “o desenvolvimento econômico só se justifica na perspectiva mais ampla do desenvolvimento social” (PARANÁ, 1979a, p. 32); ou: “Paraná, cultivando sua terra e sua gente” (Idem, p. 41); outra: “o momento histórico exige uma política de desenvolvimento solidamente alicerçada em valores sociais” (Idem, p. 70); ou ainda: “as preocupações de natureza econômica devem ser orientadas pelos benefícios sociais que representam” (Idem, p. 73).

Ainda na apresentação das “Diretrizes Globais (1979-1982)”, evidenciava-se a tônica social pretendida pelo governo, na qual “[...] os aspectos econômicos se vinculariam aos benefícios sociais pretendidos” (PARANÁ, 1979c, p. 3).

O plano de governo do Paraná, desse período, era composto por cinco diretrizes, todas apontando, mesmo que indiretamente, para a “questão social”, sendo as duas primeiras atreladas ao tema.

A primeira diretriz tratava do “Aumento da Renda Real Pessoal”, apontando, como alguns de seus objetivos principais, o estímulo à geração de novos empregos, à capacitação profissional, e à contribuição indireta ao aumento da renda real pessoal (PARANÁ, 1979a).

Colocando o crescimento econômico como necessário à distribuição de renda para a população do Paraná, esta diretriz visava a resgatar a renda do trabalhador, principalmente o urbano, promovendo, por meio do incentivo aos municípios do Estado, a intensificação da utilização da mão-de-obra, em detrimento das máquinas. Porém, num aparente paradoxo, o que o modelo econômico-social da época mais fazia era concentrar renda, terra e riqueza, de modo que a população urbana aumentava, e a rural diminuía, alcançando os níveis de desemprego e miséria social.

Em relação às camadas de menor poder aquisitivo, o plano sugeria o melhor aproveitamento dos benefícios postos à disposição da população carente, como a assistência à alimentação pela merenda escolar, inclusive fazendo melhor aplicação “[...] do elevado conteúdo protéico da soja” (PARANÁ, 1979b, p. 15).

Cabe destacar, como uma das estratégias dessa diretriz, uma campanha realizada pela Emater/PR e Café do Paraná, sob o título “use soja na alimentação” (PARANÁ, 1979b, p. 41), que incentivava o uso da soja na alimentação dos paranaenses. Essa mesma campanha foi marcada pela distribuição de 5.000 toneladas de alimentos (leite em pó, açúcar, feijão e arroz) para a população carente do Estado (Idem, p. 43).

Na tentativa de evitar o inchaço das grandes cidades do Estado, por conta do êxodo rural acentuado, a diretriz “Aumento da Renda Real Pessoal” incentivava, também, o apoio técnico e financeiro ao agricultor, bem como a criação de associações e cooperativas, a comercialização e armazenagem dos produtos produzidos, as pesquisas

ligadas à tecnologia de produção, a exportação de excedentes agrícolas e, finalmente, a agilidade da regularização de títulos de terras.

Porém, a mecanização na agricultura, o endividamento rural, o aumento dos latifúndios e os restritos incentivos à pequena produção agrícola, precarizava cada vez mais a vida do pequeno agricultor, obrigado a desfazer-se de suas terras e juntar-se à massa populacional, concentrada nas regiões periféricas das grandes cidades, lutando por meios de sobrevivência.

Na área da saúde, a diretriz “Aumento da Renda Real Pessoal” prescrevia estratégias de ordem profilática, a fim de evitar maiores gastos com doenças e endemias controláveis, inclusive difundindo a higiene e o saneamento entre as comunidades de baixa renda (PARANÁ, 1979a).

No que diz respeito à capacitação profissional, esta diretriz colocava a educação, a exemplo do III PND, como estratégica para a execução dos programas de governo, e capaz de ajudar o Brasil a desenvolver-se economicamente, juntando, a este último objetivo estratégico, a sua utilização no mito da ascensão social pelo ensino.

A educação tinha o objetivo de formar para o trabalho, e propalava-se, nesse período, que, aqueles indivíduos melhores preparados e mais capazes, seriam os que ocupariam as vagas de emprego (que contraditoriamente eram escassos), impulsionando, dessa forma, o desenvolvimento do país.

O governo federal, no período analisado, via a educação como “[...] instrumento de democratização de oportunidades e melhoria futura da distribuição de renda, com ênfase nos objetivos da universalidade do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento” (INEP, 1987, p. 491).

O plano de governo do Paraná previa, ainda, a criação de estabelecimentos de ensino, a compra de vagas e concessão de bolsas nas escolas particulares, além do fornecimento de material didático e de merenda aos alunos carentes (PARANÁ, 1979a).

O alinhamento destas ações de assistência aos alunos carentes evidenciava-se, também, no nível federal, no qual “[...] a assistência ao estudante mereceu especial atenção do Programa de Bolsas de Estudo, do Programa do Livro Didático e da Campanha Nacional de Alimentação Escolar” (INEP, 1987, p. 487).

A utilização do espaço escolar para suprir necessidades básicas como alimentação e saúde, por exemplo, promoveu “[...] um esvaziamento estrutural das funções próprias à instituição ligada ao saber” (NAGEL, 2001, p. 107), direcionando um caráter assistencialista por parte da escola, em detrimento de sua função social de transmissão do conhecimento científico.

A segunda diretriz, contida no plano “Diretrizes Globais (1979-1982)”, a exemplo da primeira, também voltava-se para a “questão social”, ao tratar do “Incremento e Difusão Espacial do Bem-Estar”, com alguns de seus objetivos centrados na organização regional e na definição da responsabilidade social das cidades; no apoio à realização das aspirações urbanas ligada à melhoria da qualidade de vida, e apoio à correção de desequilíbrios regionais (PARANÁ, 1979a).

O “Incremento e Difusão Espacial do Bem-Estar”, prescrevendo evitar aglomerações populacionais nas cidades do Paraná com mais de 25.000 habitantes,

bem como nos pólos regionais e metrópoles, buscava promover equilíbrios demográficos entre as diversas regiões do Estado, por meio de um planejamento urbano, consolidando a infra-estrutura das cidades de maneira particularizada. Nesta infra-estrutura, estariam incluídos: transporte, energia e comunicação.

Indicava que, para haver o desenvolvimento urbano de maneira harmônica, e para que os benefícios sociais fossem distribuídos a “toda população”, seria necessário o apoio aos municípios, orientando e financiando projetos; a implantação dos planos diretores, orientação e colaboração quanto à captação de recursos de organismos federais e de agências internacionais (PARANÁ, 1979a).

Ainda na esteira dos objetivos dessa diretriz “Incremento e Difusão Espacial do Bem-Estar”, encontrava-se a oferta de serviços urbanos, como saneamento básico, educação, saúde, comunicações, transporte e lazer à população carente, um possível acesso facilitado à casa própria, ao esporte e à segurança física e patrimonial. Também era um dos seus objetivos, o desenvolvimento das regiões defasadas em termos de desenvolvimento, às quais o governo do Paraná propunha atenção especial, de maneira que pudessem ter seus crescimentos acelerados.

A ênfase no trato das disfunções sociais, causadas pelo avanço do capitalismo, sobretudo, no meio rural, levava os governos estadual e federal a incluir, nos planos, possíveis “soluções” focalizadas nas grandes cidades, as quais se tornavam o destino de muitos trabalhadores obrigados a abandonar suas terras, devido à mecanização e à concentração de renda. Tais ações contidas nos planos, todavia, não eliminavam a exploração do trabalho, a concentração de riqueza e da propriedade privada, bases sob as quais está sustentada a proposição societária capitalista.

Assim, como o discurso e o plano no âmbito nacional estavam impregnados de “estratégias” de distribuição dos benefícios do desenvolvimento à parcela carente da população, o plano elaborado no Estado do Paraná também focalizava a “justiça social”, sobretudo nas duas diretrizes citadas: “Aumento da Renda Real Pessoal” e “Incremento e Difusão Espacial do Bem-Estar”.

Em relação à economia no Estado do Paraná, sua “vocação agrícola” foi sendo substituída, principalmente a partir de 1960, pela sua “vocação industrial”, mas não abandonando de todo a primeira, de forma que o Estado incorporou, nas prescritivas econômicas, ambos os eixos para sua economia, na chamada agroindústria⁶.

Não obstante, a mecanização da agricultura expulsou, progressivamente, o homem do campo – sobretudo os pequenos agricultores – num êxodo rural que, se não provocou maiores problemas de concentrações urbanas nas cidades do Estado do Paraná, isso se deu devido à migração dos excluídos do campo para outros estados federativos.

Mesmo com seu potencial agrícola/industrial proporcionando crescimento econômico acima da média nacional, na década de 1980⁷, o Estado do Paraná foi relegando ao segundo plano (na materialidade e não no discurso), a “questão social”, até mesmo porque “[...] as potencialmente favoráveis condições fiscais – dado o alto crescimento econômico – tampouco foram aproveitadas para enfrentar com maior eficácia os problemas sociais” (OLIVEIRA, 2006, p. 150).

Vemos, assim, como a teoria do crescimento constante, citado por Faleiros (1980), explicitava-se também no Estado do Paraná, no período de 1979 a 1982, a exemplo do restante do Brasil, onde a melhoria das condições de vida dos trabalhadores estava (ou ainda está), articulada ao aumento da acumulação de capital.

Algumas considerações

A partir da leitura dos planos e discursos utilizados neste trabalho, podemos elencar, como um dos pontos para análise, o fato de que a “questão social” estava atrelada (e, de certa forma, ainda está), ao aumento da renda real da população, em ambos os planos estudados, ou seja, no “III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)” e nas “Diretrizes Globais (1979-1982)”, articulando as políticas sociais ao consumo, como afirma Faleiros, pois “[...] *no fundo, o bem-estar é identificado com o consumo, que traria para o indivíduo a ‘felicidade’, com a satisfação de seus desejos e preferências individuais*” (1980, p. 12).

Outro ponto de análise, trata-se da permanência, em ambos os planos, seja estadual ou federal, da estratégia de desenvolvimento econômico acelerado, como condição necessária para a expansão das políticas sociais, subordinando-as, portanto, ao crescimento econômico.

Assim, a promoção das políticas sociais, ou as ações sociais promovidas nesse período, que indicam claramente a subordinação do social ao econômico, favoreceu, no nosso entendimento, o caráter de acumulação do capital, garantido pelas políticas econômicas implantadas pelo Estado. A crise econômica vivenciada na década de 1980 trouxe à tona a real situação da maioria do povo brasileiro, já excluído socialmente pela concentração de renda promovida no contexto do “Milagre Econômico”.

O que queremos afirmar, é que, se com o crescimento econômico houve alguma perspectiva de melhoria nas condições de vida por parte de frações da população, principalmente através do “Milagre Econômico” ocorrido entre 1968 e 1973, no início dos anos de 1980 tais esperanças se frustraram, uma vez que a maioria da população continuou à margem da distribuição efetiva da riqueza socialmente produzida.

No contexto de crise do período, mesmo o Estado do Paraná, diferenciando-se no que diz respeito ao crescimento econômico, como vimos anteriormente, pelo seu potencial agrícola/industrial, os encaminhamentos políticos/econômicos do período 1979-1982 estiveram subordinados à preocupação constante com o desenvolvimento acelerado da economia, e com a “modernização” do modo de produção capitalista, o que beneficiou (e tem beneficiado), sobretudo, as elites internas.

Tanto o III PND como as Diretrizes Globais apontavam a necessidade do desenvolvimento econômico como condição de criação de empregos e do aumento da renda pessoal do trabalhador. Entretanto, a escassez de oferta de postos de trabalho nas cidades, tanto no Estado do Paraná como em outros estados federativos, evidenciou-se como a realidade encontrada pela massa de mão-de-obra excedente, eliminada da agricultura, e que ao migrarem de um estado federativo para outro, acabavam em ocupações precárias, informais e de baixo rendimento.

Dessa forma, o que temos percebido, é que a chamada “justiça social”, propugnada nos discursos e planos econômicos analisados nesse trabalho, trata-se de uma estratégia ideológica utilizada na perspectiva burguesa, presente em ambos os níveis de governo, e que no limite, perseguem-na, subordinando o social ao econômico, e o bem-estar ao consumo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento 1980-1985**. Brasília, 1980.

DEITOS, Roberto Antonio e XAVIER, Maria E. S. Prado; Estado e Política Educacional no Brasil. In: Deitos, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (Orgs.). **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2005):** entre a cidadania e a caridade. Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, 2005 (Tese de doutorado).

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista:** as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

INEP. **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. Brasília, 1987, 2v.

NAGEL, Lizia Helena. O Estado Brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. In: NOGUEIRA, F.M.G. (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. Quinze anos depois. Comentários sobre o texto “Paraná: economia e sociedade” in: IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ, Governo do Estado do. **Diretrizes Globais (1979-1982)**. Secretaria de Planejamento, 1979a.

_____, Governo do Estado do, (1979b) **Mensagem:** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

_____, Governo do Estado do, (1980) **Mensagem:** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

_____, Governo do Estado do. **O plano de governo Ney Braga**. Palestra do Secretário de Planejamento Véspero Mendes, 1979c.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____, Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F.M.G. (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

NOTAS

- ¹ Mestrando em Educação pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do GEPPES - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social. E-mail: chotz@bol.com.br
- ² Pós-graduação concluída em 2005, e que resultou na monografia intitulada “A Política Educacional Paranaense no Governo Ney Braga (1979-1982)”, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Antônio Deitos, UNIOESTE: Curso de Especialização em História da Educação Brasileira.
- ³ O termo “questão social” é aqui entendido como “[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (NETTO, 1996, p. 13).
- ⁴ De acordo com Tavares (1983), o “Milagre Econômico” pode ser compreendido como o momento histórico brasileiro no qual houve altas taxas de crescimento da economia, sobretudo entre os anos de 1968 a 1973, no qual a economia interna desenvolveu-se sob a égide do “crédito fácil”, bancado pela entrada de capital externo por meio de empréstimos contraídos dos países centrais do capitalismo. Podemos também afirmar que, o “milagre” foi promovido ainda pelo arrocho salarial e maximização da exploração da força do trabalho assalariado.
- ⁵ Como afirma Vieira, “[...] a distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico” (2001, p. 12).
- ⁶ Sobre a economia paranaense do período, ver, dentre outros, OLIVEIRA (2006).
- ⁷ Segundo Oliveira, “[...] enquanto a economia brasileira crescia a 2,8% ao ano no período, a economia do Paraná expandia-se a 5,7%” (2006, p. 155).

Recebido em 30/03/2008.

Aprovado para publicação em 12/05/2008.